

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Governo prevê receita de R\\$ 3 bi no próximo leilão do pré-sal](#) 2

O Estado de S. Paulo

[Título: Com nova regra, Eletrobrás terá de cortar R\\$ 2 bi](#) 9

Valor Econômico

[Título: Juíza homologa plano de recuperação da Abengoa](#) 22

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Governo prevê receita de R\$ 3 bi no próximo leilão do pré-sal 2

Título: Distribuidoras da Eletrobras terão preço mínimo de R\$ 50 mil 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 6

Título: Eletrobras pede R\$ 50 mil por distribuidora 6

Título: Operações estão entre as piores do país.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	9
Título: Com nova regra, Eletrobrás terá de cortar R\$ 2 bi	9
Título: Distribuidoras vão a leilão por R\$ 50 mil	11
Título: Previ planeja nova política de investimento.....	12
Título: Temer relança 'Avançar' sem projeto novo.....	13
Título: Direto da Fonte	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Distribuidoras serão vendidas por R\$ 50 mil	16
Título: Empregados e aposentados podem levar 10% das ações de cada empresa.....	18
Título: Comitê do setor elétrico prevê chuvas abaixo da média.....	19
Título: Venda de Tucuruí pode ser antecipada para gerar receita	20
Título: Venezuela pode ser declarada hoje em default da dívida.....	20
Título: Queiroz Galvão revê plano estratégico.....	21
Título: Juíza homologa plano de recuperação da Abengoa	22
Título: Braskem vê maior demanda para resinas.....	24
Título: Os embaixadores do baixo carbono	26
Título: Commodities Agrícolas	33
Título: Biosev registrou resultado positivo	34

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA MANOEL VENTURA

Título: Governo prevê receita de R\$ 3 bi no próximo leilão do pré-sal

Oferta de cinco áreas, das quais quatro em frente ao Rio, deve gerar R\$ 60 bi em investimentos ao setor

BRASÍLIA E RIO - O governo espera arrecadar cerca de R\$ 3 bilhões com a 4ª Rodada de leilões do pré-sal, de acordo com uma fonte ouvida pelo GLOBO. As áreas foram divulgadas ontem pelo Conselho Nacional de Política Energética

(CNPE). Serão ofertados ao mercado cinco blocos, dos quais quatro estão em frente ao litoral do Rio de Janeiro. Se todas as áreas forem arrematadas, a expectativa é que a sua exploração e desenvolvimento gere um investimento na ordem de R\$ 60 bilhões para a cadeia de óleo e gás. O governo pretende realizar o certame no dia 7 de junho do próximo ano. Também foram anunciadas as áreas para a 15ª Rodada de Licitações, com blocos no pós-sal e em terra, que vai ocorrer no dia 29 de março. Os certames foram antecipados para o primeiro semestre por conta do calendário eleitoral. Na 2ª e 3ª Rodadas do pré-sal, realizadas no mês passado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), no Rio, foram arrecadados R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura. O valor ficou abaixo do esperado pelo governo, que previa R\$ 7,75 bilhões. Mas, como o leilão foi realizado pelo regime de partilha, o resultado em termos de óleo-lucro — parcela da produção que a empresa se propõe a entregar para a União — surpreendeu positivamente. Na 3ª Rodada, os consórcios vencedores chegaram a oferecer até 80% do lucro, em barris de petróleo, para o governo.

— As áreas da 4ª rodada do pré-sal e do seu entorno colocam o Brasil como destino prioritário de investimentos internacionais em 2018 — disse Márcio Felix, Secretário de Petróleo do **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Das áreas a serem ofertadas, os blocos denominados Três Marias, Dois Irmãos, Saturno e Itaimbezinho ficam em frente ao litoral do Rio de Janeiro, entre as bacias de Campos e Santos. Com isso, o estado tende a ser beneficiado com royalties. O quinto bloco é o de Uirapuru, que vai beneficiar apenas São Paulo. — As duas principais áreas são as de Saturno, no Rio de Janeiro, e Uirapuru, em São Paulo. Essas duas vão gerar fortes emoções, pois são muito promissoras — destacou uma fonte. Quem também deve se interessar por esses blocos, continuou essa fonte, é a Petrobras, que, por lei, tem direito de preferência e pode exercer essa opção em até 30 dias, após a publicação da resolução do CNPE com as diretrizes para o leilão. Ao exercer o direito de preferência, a Petrobras garante que terá, ao menos, 30% de participação na área e que atuará como operadora do campo.

SATURNO SERÁ LEILOADO EM DOIS REGIMES

A estratégia da estatal, completou uma outra fonte do setor, será semelhante à adotada na 2ª e na 3ª Rodadas do pré-sal, quando formou consórcios com empresas diferentes. Os investimentos devem ser crescentes. — Um campo gigante do pré-sal pode consumir cerca de R\$ 23 bilhões em seu desenvolvimento. Mas isso vai depender do que a empresa descobrir de petróleo. É importante ressaltar que cada área é diferente da outra, o que exige níveis diferentes de investimento — afirmou a fonte. Segundo advogados, a expectativa é que, com o preço do petróleo subindo, o interesse pelo certame possa aumentar, já que a produtividade média do pré-sal é o dobro da de um

campo do pós-sal. Quanto maior o preço do petróleo, maior o lucro que as empresas têm com a exploração dos campos.

Uma fonte disse que as regras de partilha podem mudar com o Congresso iniciando as discussões em torno da flexibilização do regime, que foi criado para a exploração do pré-sal. Especialistas destacaram que o bloco de Saturno, na divisa entre o pré-sal das bacias de Campos e Santos, vai participar dos dois leilões de 2018. Isso porque a área tem um pedaço que faz parte do pré-sal e outro que está fora do pré-sal. Com isso, cada área será leiloada por um regime diferente: partilha (pré-sal) ou concessão (pós-sal). — Vamos ver qual parte de Saturno vai despertar mais interesse dos investidores. Será um bom teste — destacou a fonte.

15ª RODADA TERÁ 70 BLOCOS

Na 15ª Rodada de Licitações, em 2018, serão ofertados 70 blocos, sendo 49 nas bacias marítimas do Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Campos e Santos. Além disso, estão sendo oferecidas 21 áreas nas bacias terrestres do Paraná e Parnaíba. Na 14ª Rodada, em setembro, a União arrecadou R\$ 3,8 bilhões, o maior valor já apurado pela ANP, que foi puxado pelas áreas na Bacia de Campos, próximas justamente ao pré-sal. Como é feito sob o regime de concessão, vence a licitação a empresa que pagar o maior bônus para o governo. A oferta de blocos localizados na Bacia da Foz do Amazonas foi adiada para 2019, de modo a permitir a conclusão do processo de licenciamento ambiental em curso para os blocos leiloados anteriormente — a demora na liberação ambiental é uma das principais reclamações das empresas que arremataram campos de petróleo em ofertas anteriores. Os blocos na Bacia Pernambuco-Paraíba também ficaram para 2019, quando uma maior quantidade de dados técnicos estará disponível.

O governo manteve para os dois certames que serão realizados em 2018 os percentuais de conteúdo local estabelecidos para as rodadas deste ano. Essa regulação é mais flexível do que no passado e foi um dos principais incentivos para as rodadas deste ano. Para os blocos em terra, o percentual mínimo de conteúdo local global obrigatório será de 50% para a fase de exploração e de 50% para a etapa de desenvolvimento. Já para blocos no mar, o percentual mínimo de conteúdo local obrigatório global será de 18% para a fase de exploração. Para a etapa de desenvolvimento os percentuais serão: 25% para a construção de poço; 40% para o sistema de coleta e escoamento; e 25% para a plataforma de petróleo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: DANIELLE NOGUEIRA****Título: Distribuidoras da Eletrobras terão preço mínimo de R\$ 50 mil**

Para analistas, vantagem da estatal será não mais arcar com prejuízo das empresas

O governo estabeleceu lance mínimo de R\$ 50 mil para cada uma das seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras e que serão privatizadas no ano que vem. O valor é simbólico porque essas empresas estão afundadas em dívidas, que totalizam R\$ 20,8 bilhões. Para viabilizar o leilão, a Eletrobras vai assumir quase a metade dos débitos, cerca de R\$ 11 bilhões, sem qualquer contrapartida. Ainda assim, na avaliação de analistas, o modelo traz vantagens à estatal, uma vez que ela não mais será obrigada a cobrir os sucessivos prejuízos das empresas. Serão privatizadas as distribuidoras dos estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Alagoas e Piauí. Essas empresas não tiveram interessados durante o processo de privatização do setor, na década de 90, e foram transferidas à Eletrobras, uma manobra política na época.

A estatal, que tem expertise no segmento de geração, nunca conseguiu melhorar a saúde financeira das distribuidoras. Boa parte da dívida das empresas é com a própria holding. Só no ano passado, as seis distribuidoras tiveram perdas superiores a R\$ 6 bilhões. Piauí e Alagoas devem atrair maior interesse dos investidores, de acordo com a avaliação de especialistas. Segundo o BNDES, que coordenou os estudos para elaboração da modelagem do processo de privatização, elas serão leiloadas separadamente no mesmo dia, mas poderão ser arrematadas por um único consórcio. O vencedor terá de fazer aporte imediato de R\$ 2,4 bilhões nas empresas e investir mais R\$ 5,4 bilhões nos primeiros cinco anos de operação. A concessão será de 30 anos, e o leilão deve acontecer entre março e abril de 2018.

O modelo foi aprovado quarta-feira passada pelo Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) e publicado no Diário Oficial ontem. Na avaliação de Rodolfo Torres, superintendente da área de Desestatização do BNDES, a venda das distribuidoras aumenta a chance de a Eletrobras receber parte de sua dívida. Isso porque quem comprar as empresas vai herdar o restante do débito que não foi assumido pela estatal. Juntas, as seis distribuidoras foram avaliadas em R\$ 10,2 bilhões. — Depende de como você vê a situação, se o copo meio cheio ou meio vazio. Parte da dívida das distribuidoras é com a própria Eletrobras. Com a privatização, os novos donos das empresas terão mais capacidade (de honrar o compromisso). E a Eletrobras

também terá de fazer um esforço, ao assumir os R\$ 11 bilhões — disse Torres em teleconferência com jornalistas.

MODELO NÃO COMPROMETE PRIVATIZAÇÃO

Para João Carlos Mello, da consultoria Thymos, a assunção de R\$ 11 bilhões da dívida pela Petrobras teve por objetivo tornar a dívida restante das distribuidoras “mais palatável”. Ele avalia que esse modelo não comprometerá a privatização futura da Eletrobras, cuja discussão corre paralelamente à venda de suas subsidiárias do segmento de distribuição. Pelo contrário. Para ele, a estatal pode se tornar mais atraente para os investidores: — Foi uma solução de meio termo bem pensada, pois vai estancar a sangria que consumia barbaramente os recursos da Eletrobras. No prazo de até seis meses após a assinatura do contrato de venda das distribuidoras, a Eletrobras poderá exercer o direito de permanecer como acionista minoritária nessas empresas, limitado ao percentual de 30% e sem interferência na gestão. Se quiser exercer esse direito, a estatal terá de acompanhar o aporte e os investimentos futuros feitos pelos sócios. O modelo também permite a participação de empregados das empresas na compra das ações, com um teto de 10% do capital.

O modelo de venda será submetido à diretoria e ao Conselho de Administração da Eletrobras, que vai convocar assembleia de acionistas para deliberar sobre o assunto. Ganhará o leilão quem aceitar receber a menor tarifa. Recentemente, para elevar o interesse privado pelas distribuidoras, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs aumentar as tarifas, de forma extraordinária, em 8,9%, em média, por cinco anos. Caso os concorrentes abram mão desse adicional tarifário por completo, vencerá quem oferecer o maior lance. Erik Eduardo Rego, diretor da consultoria Excelência Energética, avalia que, se a Eletrobras não assumir parte da dívida, a solução para a privatização seria elevar a tarifa final dos consumidores. No entanto, o mercado dessas empresas é formado, em sua maioria, pela população de baixa renda. Além disso, os índices de inadimplência dessas empresas são elevados. No fim das contas, essa situação poderia inviabilizar o leilão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Eletrobras pede R\$ 50 mil por distribuidora

Operações em seis Estados do Norte e Nordeste dão prejuízo todo ano; em 2016 custaram R\$ 6,6 bi para a estatal

Companhia ainda terá de assumir passivo de R\$ 11 bi, enquanto investidores terão de pôr outros R\$ 7,8 bi

O governo estipulou o valor de R\$ 50 mil para a venda de cada uma das seis distribuidoras de eletricidade hoje controladas pela Eletrobras. Antes da privatização, a estatal terá ainda que ajudar a limpar o balanço das empresas, assumindo cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas. O modelo da privatização foi aprovado na quarta-feira (8) pelo Conselho do PPI (Programa de Parcerias e Investimentos) e publicado no Diário Oficial desta quinta (9). Vencerão os leilões os investidores que aceitarem receber a menor tarifa de energia.

Os novos concessionários terão que aportar de imediato R\$ 2,4 bilhões no capital das empresas e investir R\$ 5,4 bilhões em cinco anos para melhorar os serviços delas. Serão privatizadas as distribuidoras de eletricidade que atendem os Estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Alagoas e Piauí e foram transferidas para a Eletrobras a partir de 1997, por falta de interessados durante o processo de privatização do setor na década de 1990. Nos últimos anos, elas têm sido fonte de prejuízo para a companhia. Em 2016, por exemplo, o prejuízo das distribuidoras somou R\$ 6,6 bilhões, 28,3% maiores do que o verificado no ano anterior. “São ativos deficitários que reduzem o valor da própria Eletrobras.

O que se está tentando é estancar isso”, disse o superintendente de desestatização do BNDES, Rodolfo Torres, em teleconferência para explicar o processo. A própria estatal passará por processo de privatização, previsto para 2018, com o lançamento de ações no mercado, diluindo a fatia do governo para abaixo de 40%.

O estudo para a privatização das distribuidoras, realizado pelo consórcio Mais Energia B (PwC Brasil, Strategy&, Siglasul e Loeser e Portela Advogados Associados), estimou que as seis distribuidoras valem R\$ 10,2 bilhões. A dívida consolidada das empresas é de R\$ 20,8 bilhões. A transferência de parte dos débitos para a Eletrobras, disse Torres, tem o objetivo de arrumar as finanças das empresas para a venda. O modelo proposto prevê que a Eletrobras assumira R\$ 8,9 bilhões em dívidas da Amazonas Energia, a mais endividada, R\$ 1,8 bilhão da Ceron (Rondônia), R\$ 342 mil da Boa Vista (Roraima), R\$ 113 mil da Eletroacre e R\$ 50 mil, cada, de Cepisa (PI) e Ceai (Alagoas). Ele diz que o valor de R\$ 50 mil pelas concessões é simbólico.

“A equação não tem como vertente maximizar o retorno orçamentário. É sobre redução na tarifa”, diz. As tarifas das empresas foram reajustadas de forma extraordinária para a privatização. Alegando que são companhias deficitárias, a

Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) propôs aumento médio de 8,9% por cinco anos. Para os analistas do banco Santander Maria Carolina Carneiro, Tiago Silva e André Sampaio, a proposta é positiva para a estatal, pois “ajuda a Eletrobras a reduzir a pressão negativa sobre o balanço”. Desde o início do governo Dilma, há rumores sobre a venda das distribuidoras. As concessões venceram em 2015 e foram prorrogadas até o fim deste ano.

A decisão oficial pela de-volução das concessões foi tomada em outubro de 2016, após a mudança no governo e no controle da Eletrobras. “O modelo de venda mostra que o governo quer sair logo, deixando o investimento para empresas que têm dinheiro”, comentou o professor Nivalde de Castro, do Gesel (Grupo de Estudos em Energia Elétrica) da UFRJ.

FATIA

O modelo aprovado pelo governo dá à Eletrobras a opção de manter uma fatia de até 30% em cada empresa, caso ache que o novo concessionário conseguirá extrair valor das operações. A opção poderá ser exercida nos seis meses após os leilões, que devem ocorrer até abril de 2018. Se quiser as fatias, a estatal entra com parte dos recursos para aporte de capital e investimentos. Os termos propostos pelo governo passarão ainda pela análise do conselho de administração e de assembleia de acionistas da Eletrobras. A proposta permite também a participação de empregados das empresas na compra de ações, com um teto de 10% do capital.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Operações estão entre as piores do país

As seis distribuidoras que a Eletrobras decidiu privatizar são lanterninhas no ranking de qualidade dos serviços

Analistas indicam que entre as causas para a deterioração estariam baixo investimento e alta ingerência política. As distribuidoras da Eletrobras que serão privatizadas estão entre as piores do país em qualidade no fornecimento de energia elétrica. Para analistas, o mau desempenho é provocado por décadas de baixos investimentos e alta ingerência política. De acordo com o ranking de qualidade elaborado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a única delas com resultado acima da média é a Amazonas Energia, que ficou em 9º lugar na lista de 32 distribuidoras com mercado superior a 400 mil unidades consumidoras.

As outras três que se enquadram nesta categoria, Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia) e Ceai (Alagoas) ocupam, respectivamente, a 23a, a 28a e a 29a colocações. O ranking considera a frequência de interrupções e a demora para restabelecer o fornecimento de energia durante o ano de 2016. Eletroacre e Boa Vista Energia (Roraima) ocupam a 27a e a 29a posição na lista de 30 empresas com menos de 400 mil clientes. A última posição foi dada à Forcei, que opera em Santa Catarina, por que a empresa não apresentou dados certificados. A busca por maior qualidade é um dos argumentos do governo para privatizar as companhias.

Para o mercado, é uma chance também de romper décadas de controle por grupos políticos estaduais, que por anos tiveram influência nas indicações de administradores. “A venda destas empresas é importante para garantir a entrada de investidores que tenham capacidade e conhecimento para melhorar esses índices”, avalia o professor Nivalde de Castro, do Gesel (Grupo de Estudos do Setor Elétrico) da UFRJ. Especialistas citam os casos da Cemar (Maranhão), que teve expressivo ganho de qualidade quando o controle foi para grupos privados.

Após um início conturbado, com a troca de controle apenas quatro anos após a privatização, em 2000, a empresa controlada pelo grupo Equatorial está há anos nas primeiras colocações no ranking de distribuidoras com mais de 400 mil clientes —há dois anos, é a líder. A Equatorial é apontada pelo mercado como possível interessada nas distribuidoras da Eletrobras, ao lado da italiana Enel e da chinesa State Grid, que têm demonstrado apetite para consolidar operações no setor elétrico. O “data room” com dados sobre as companhias será aberto pelo BNDES nos próximos dias. As seis empresas, que atendem um total de 4,3 milhões de consumidores em 463 municípios, serão vendidas separadamente, mas não há impede que o mesmo grupo compre mais de uma. (NICOLA PAMPLONA)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Com nova regra, Eletrobrás terá de cortar R\$ 2 bi

Levantamento da Aneel mostra problemas também nas transmissoras de energia; estatal terá de seguir outros parâmetros de eficiência a partir de 2

A revisão tarifária periódica das transmissoras de energia vai expor uma situação desconfortável para a eletrobrás. Cálculos realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deixarão claro que a ineficiência da estatal, até então atribuída apenas às distribuidoras, também atinge as transmissoras.

Para se adequar aos novos parâmetros que serão exigidos pela Aneel a partir de 2018, a eletrobrás terá de fazer um corte de custos de R\$ 2 bilhões. Como esse valor não pode ser repassado para as tarifas, se a empresa não for privatizada, ela exigirá mais aportes dos acionistas. A União detém, direta e indiretamente, 63% das ações da Eletrobras.

De acordo com levantamento da Aneel, entre as nove transmissoras que passarão pela revisão, Eletronorte, Chesf e Eletrosul têm os piores níveis de eficiência: 34,61%, 42,14% e 44,14%, respectivamente. A Copel-GT terá 53,02%, e Furnas, 58,37%. As melhores nessa lista são Cemig-GT, com 92,30%, e CTEEP, com 89,46%. O índice a ser atingido pela eletrobrás foi definido em 90% do alcançado pelas melhores empresas, algo que o governo considera possível caso a empresa seja privatizada.

A Aneel estima que as tarifas de transmissão devem cair 0,71% com a revisão periódica e poderiam ser reduzidas em mais 0,11% se eletrobrás for vendida. O efeito somado seria de -0,82%. Ao pedir que a Aneel fizesse o estudo, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** queria mostrar as perdas que a eletrobrás causou por ser uma estatal. O resultado não causou surpresas no governo, já que as subsidiárias da empresa são líderes no número de obras atrasadas do setor.

Indenizações.

O governo vai propor uma mudança na forma de cálculo das indenizações para as transmissoras de energia elétrica. A proposta fará parte do projeto de lei sobre a privatização da eletrobrás, que deve ser fechado ainda nesta semana. O plano é propor às transmissoras que têm direito a indenizações que aceitem receber os valores em 25 anos, e não em 8, como estabelece a regra atual.

O dinheiro será pago por meio das tarifas e será corrigido pelo custo ponderado médio de capital (WACC) do setor de transmissão, indicador que deve reduzir os ganhos das empresas em R\$ 3 bilhões, de R\$ 34,5 bilhões para R\$ 31,5 bilhões. A vantagem, para quem aceitar a proposta, é a segurança jurídica, pois o acordo será firmado por meio de lei.

A regulamentação anterior, que permitia correção mais alta, veio por uma portaria publicada pelo ex-ministro de Minas e Energia e senador Eduardo Braga (PMDB-AM), durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

O uso desse instrumento foi questionado na Justiça por associações de indústrias como Abrace, Abavidro e Abiclor e, até agora, a Justiça deu ganho de causa para essas entidades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Denise Luna****Título: Distribuidoras vão a leilão por R\$ 50 mil**

As seis distribuidoras de energia elétrica da Eletrobrás serão vendidas em leilão no ano que vem terão o valor simbólico de R\$ 50 mil cada uma. O preço baixo se deve ao alto endividamento das empresas, ao todo R\$ 20,8 bilhões, dos quais R\$ 11 bilhões terão de ser incorporados pela Eletrobrás para viabilizar a venda. Serão leiloadas as distribuidoras dos Estados do Acre (Eletroacre), Amazonas (Amazonas Distribuidora), Rondônia (Ceron), Piauí (Cerpisa), Roraima (Boa Vista) e Alagoas (Ceaal).

A previsão é que o leilão ocorra entre o fim de março e o começo de abril, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor da privatização. Vencerá o leilão quem oferecer o maior deságio em relação ao adicional tarifário transitório, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos reajustes realizados entre agosto e novembro deste ano.

“Isso representará benefício direto para os consumidores ao longo do primeiro ciclo tarifário de cinco anos de vigor do adicional tarifário. Caso os proponentes abram mão de todo o adicional tarifário (100%), vencerá a proposta que apresentar a maior bonificação pela outorga (a ser paga à União)”, explicou o banco. De acordo com o superintendente de Desestatização do BNDES, Rodolfo Torres, e a chefe do departamento de Desestatização, Lidianne Gonçalves, se a Eletrobrás não ficasse com parte da dívida a venda seria inviável.

“Foi um processo supercomplexo pela própria natureza dos ativos. A Eletrobrás terá que fazer um esforço para zerar as dívidas, sem isso não daria para viabilizar a venda”, disse Torres. Ele afirma que, se a venda das distribuidoras não for realizada, será bem pior para a Eletrobrás, que terá de arcar com todo o endividamento.

Os vencedores do leilão deverão também fazer aporte financeiro no capital social das distribuidoras, no total de R\$ 2,4 bilhões. Esse valor representa cerca de 30% do total de investimentos previstos para os cinco primeiros anos de operação, no total de R\$ 7,8 bilhões. Depois do leilão, a Eletrobrás terá de assumir a dívida de R\$ 11 bilhões ou transformá-lo em endividamento em capital, até o limite de 30% de participação nas empresas.

A forma como a Eletrobrás vai incorporar a dívida será decidida em assembleia da empresa, sem data marcada. A estatal informou ontem que está avaliando o

modelo de acordo com suas condições financeiras e orçamentárias. Os executivos afirmaram ainda que fundos de investimentos nacionais e internacionais já demonstraram interesse em participar do leilão, e que as distribuidoras de Alagoas e do Piauí são as mais atrativas. As informações sobre as companhias serão divulgadas pelo BNDES no fim deste mês e o edital de venda será publicado em fevereiro de 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão Mônica Ciarelli

Título: Previ planeja nova política de investimento

Maior fundo de pensão do País vai reduzir concentração de recursos em renda variável e quer sair do bloco de controle das empresas

Dona de um patrimônio total de R\$ 172 bilhões, a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, vai adotar uma nova política de investimentos. Entre 2018 e 2024, o foco é reduzir a concentração de sua carteira de ações e sair do bloco de controle das empresas, para ser um “acionista minoritário ativo”. Hoje, o principal plano do maior fundo de pensão da América Latina tem 46,87% dos recursos aplicados em renda variável.

No entanto, apenas 12 companhias concentram 94% do valor total da carteira, calculado hoje em R\$ 74,9 bilhões. “O lado bom é que são ativos da economia real, que não vão virar pó. O grande desafio para frente é desconcentrarmos essa carteira”, disse ao Estadão/ Broadcast o presidente da Previ, Gueitiro Genso. Em até sete anos, o chamado Plano 1, que é o maior e mais antigo plano do fundo, atingirá a maturidade, ou seja, todos os associados que hoje estão na ativa poderão se aposentar e receber o benefício.

Estimada em R\$ 12 bilhões em 2018, a folha de pagamento atingirá o pico de R\$ 15 bilhões anuais a partir de 2022. O plano de benefício definido vai até 2090. A política de investimentos deve viabilizar a missão de garantir o pagamento dos benefícios de forma sustentável.

A lista dos “top” 12 ativos do fundo de pensão inclui Vale, Banco do Brasil, Ambev, Petrobrás, BRF, Itaú Unibanco Holding, CPF Energia (a fatia fora do acordo de acionistas), Bradesco, Ultrapar, Itaú Investimentos e Invepar. A toda a Previ tem participação em 23 empresas. Genso antecipou as linhas gerais da nova política. Uma novidade é que será feita uma análise setorial para entender onde fará sentido investir e a definir o programa de desinvestimento líquido.

A ideia é reduzir a fatia da renda variável, mas dada a queda de juros e menor rentabilidade dos títulos públicos, será preciso manter um bom pedaço no segmento. Quando vender participações a Previ deverá realocar parte dos recursos levantados em novas companhias.

Vendas.

A Previ tem preparado seus ativos para a venda. Foi o caso da Vale, que se tornará uma empresa de capital pulverizado, além da venda da fatia na CPFL. O próximo passo deverá ser a oferta de ações da Neoenergia, que Genso não comenta. Até setembro de 2017 o desinvestimento da Previ com a venda de participações acionárias somou R\$ 7,4 bilhões.

Desde 2010 já são R\$ 28,3 bilhões. A fatia da renda variável recuou da faixa de 64% dos investimentos totais para os atuais 46,8% desde então. O fundo já definiu as premissas para eleger seus próximos setores-alvo: ativos com liquidez na Bolsa de Valores, que paguem bons dividendos e com governança corporativa de excelência. Outro ponto crucial é que a Previ não tem mais apetite para controlar empresas. Em contrapartida, quer reforçar seu papel de investidor institucional ativo.

eletrobrás. Questionado sobre um possível investimento na eletrobrás, que será privatizada, o executivo deixou em aberto. “O que eu responderia é que o fundo de pensão no mundo inteiro gosta de ter ‘utilities’ (na carteira). É um setor que tem uma regularidade e paga bons dividendos. Não é descartado”, disse.

Em setembro o fundo teve um superávit de R\$ 3,13 bilhões no Plano 1. Com esse resultado, o déficit acumulado pela fundação caiu para R\$ 6,59 bilhões e a expectativa é que o bom desempenho da carteira de renda variável mantenha essa cifra em queda ao longo de 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges Carla Araújo

Título: Temer relança ‘Avançar’ sem projeto novo

Programa que substitui o PAC tem 11 obras com ‘indícios graves de irregularidades’, segundo relatórios do Tribunal de Contas da União

O governo anunciou ontem a nova versão do programa Avançar, que havia sido lançado inicialmente em junho deste ano como substituto do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC). Nesta reedição, o governo anunciou que vai concluir, entre 2017 e 2018, 7.439 projetos e destacou 34 obras como prioritárias.

Nenhuma é nova, porém, e pelo menos 11 delas foram enquadradas, em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), no critério de “indícios de irregularidades graves”, segundo apurou o ‘Estado’. O anúncio do novo Avançar foi mais uma tentativa do governo Temer de criação de uma agenda positiva, em seu esforço de contrapor a crise política com medidas favoráveis no campo econômico.

O programa, que reúne investimentos da União, estatais e financiamentos de bancos públicos, tem previsão de investimentos de R\$ 130,97 bilhões entre 2017 e 2018, sendo R\$ 42,15 bilhões pela União, R\$ 29,91 bilhões por projetos apoiados pela Caixa Econômica, BNDES e FGTS; e R\$ 58,91 bilhões por **eletrobrás e Petrobrás**. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que fazia parte também do governo Dilma Rousseff, afirmou na cerimônia de relançamento do Avançar, no Planalto, que agora o conceito do programa é de “responsabilidade”.

“Não há neste programa ideias fantasiosas, nem ideias magníficas”, disse, sem citar diretamente o PAC, que antecedeu o programa atual. Segundo Oliveira, os R\$ 130 bilhões de investimentos previstos já estão garantidos no Orçamento. ‘São obras com orçamento, com datas para começar e terminar.

É um programa realista.” Ele ressaltou que o primeiro critério utilizado para o Avançar foi a disponibilidade orçamentária. “São obras que efetivamente têm possibilidade de entrega até o fim do ano que vem.”

Sob suspeita.

Uma das obras destacadas no programa anunciado ontem é a construção do trecho norte do Rodoanel, projeto emblemático de São Paulo.

Ele figurou esta semana, no rol de empreendimentos que o TCU recomendou paralisar por causa de irregularidades. Os problemas encontrados pela corte de contas em um terço das obras prioritárias do Avançar envolvem desde utilização de estudos deficientes até casos de superfaturamento, entre outros tipos de fraude.

No caso do Canal do Sertão de Alagoas, projeto de distribuição de água destacado pelo Palácio do Planalto, a recomendação do TCU é também de suspensão do projeto por causa de superfaturamento.

Discursos.

O presidente Michel Temer usou boa parte do seu discurso para destacar o apoio do Congresso e feitos de sua gestão.

“Quando assumimos o governo a primeira coisa que pensamos é que o governo deveria ter marcas. Não marcas referentes a obras ou empreendimentos, mas marcas de interlocução, por isso a primeira palavra que veio a nossa mente foi a palavra diálogo”, disse. Sem citar diretamente a ex-presidente Dilma Rousseff, Temer afirmou que “há muito tempo não se fazia” diálogo com o Congresso.

Na cerimônia realizada ontem no Palácio do Planalto, o secretário-geral da Presidência, ministro Moreira Franco, reafirmou que a recessão econômica acabou e a retomada das obras com orçamento público é a prova disso. Moreira Franco também criticou as acusações contra o governo Temer.

Alvo de investigações da Operação Lava Jato, Moreira disse que há uma “força espiritual” por trás do programa de obras de infraestrutura. “A força que nos fez resistir e nos manteve de pé, que nos deu a resiliência necessária para enfrentar todas as acusações e ilações que contra o governo foram lançadas durante meses e meses, continuamente”, discursou.

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Gás explosivo

Alckmin convidou e Pedro Parente aceitou vir a SP para um almoço. Não há pauta definida mas pode-se deduzir que o governador colocará na mesa a arrastada disputa judicial relativa à incidência de ICMS sobre a importação de gás natural da Bolívia. O STF está com o caso há... dez anos.

Gás 2

Tudo começou com sugestão do ex-senador Delcídio Amaral, para que a Petrobrás colocasse uma espécie de “válvula” ao longo do gasoduto, localizado em MT.

Gás 3

Essa manobra permitiu que a estatal definisse, como ponto de entrada do gás boliviano no Brasil, o... Mato Grosso. O Estado onde Delcídio nasceu abocanha

hoje quantia para lá de significativa na arrecadação de ICMS do gás por causa desta “parada” forçada.

Gás 4

Perdem arrecadação os Estados onde o gás é consumido, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Valor da ação? R\$ 19 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Alessandra Saraiva e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Distribuidoras serão vendidas por R\$ 50 mil

O governo publicou ontem a modelagem de privatização das seis distribuidoras da Eletrobras localizadas no Norte e Nordeste. De acordo com resolução do Conselho do Programa de Participações de Investimentos (CPPI), as empresas serão vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil cada, porém com compromisso de aportes imediatos pelos compradores de R\$ 2,4 bilhões. Para tornar o negócio viável, a norma determinou que a Eletrobras assumira R\$ 11,2 bilhões de dívidas das distribuidoras. Além disso, débitos em aberto dessas empresas na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) serão assumidos pela holding.

O BNDES deverá abrir nos próximos dias os "data rooms" das distribuidoras. A expectativa do banco é que o edital do leilão seja lançado entre fevereiro e março de 2018 e o certame seja realizado entre o fim de março e início de abril. A ideia é realizar um único leilão, porém, oferecendo as empresas separadamente. Não há limite sobre quantas distribuidoras podem ser adquiridas por cada proponente.

De acordo com a modelagem, os vencedores serão aqueles que apresentarem o maior deságio em relação ao adicional tarifário transitório, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos reajustes aplicados entre agosto e novembro deste ano. Os aportes imediatos de R\$ 2,4 bilhões equivalem a cerca de 30% do total de investimentos previstos nos cinco primeiros anos de operação, no valor de R\$ 7,8 bilhões.

De acordo com o BNDES, as seis distribuidoras foram avaliadas pelo valor global de R\$ 10,2 bilhões, considerando o novo contrato de concessão de 30 anos. As empresas, porém, possuem dívidas líquidas totalizando R\$ 20,8 bilhões.

Do valor total da dívida, R\$ 11,2 bilhões serão assumidos pela Eletrobras, que "deverá previamente à efetivação da transferência do controle acionário,

realizar ajustes nas distribuidoras mediante a conversão de dívida em capital social ou assunção de dívidas das distribuidoras junto à Eletrobras e/ou terceiros", segundo a norma do CPPI.

"Há um montante [de dívida] a ser equacionado nessas distribuidoras. E a Eletrobras tem algumas possibilidades de equacionamento. Uma delas é a assunção dessas dívidas", afirmou ontem o superintendente da área de desestatização do BNDES, Rodolfo Torres.

Em fato relevante, a Eletrobras informou que "está avaliando a modelagem de privatização prevista na resolução, de acordo com suas condições financeiras e orçamentárias, e que a operação depende de aprovação pelos órgãos de controle e pela Eletrobras".

A resolução prevê ainda que a Eletrobras assuma os direitos e obrigações de responsabilidade das distribuidoras referentes à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e à CDE que venham a ser posteriormente reconhecidos pela Aneel, ou pelas próprias distribuidoras, cujo fato gerador seja anterior à venda dos ativos. Na prática, o imbróglio bilionário não resolvido entre a Eletrobras e a Aneel sobre as despesas de CDE da Amazonas Distribuidora, uma das empresas colocadas à venda, será de responsabilidade da holding.

"Na data de corte dos estudos [da modelagem], esse tema da CCC e CDE não estava tão controverso. Pelo volume que tem em controvérsia, os consultores entenderam ser melhor isolar esse risco, que ia ter um valor muito grande, daí decorreu essa sugestão no relatório da modelagem e que foi incorporada na resolução do CPPI" disse Lidiane Gonçalves, chefe de departamento da área de desestatização do BNDES.

A resolução do PPI prevê ainda que seja concluída até março a desverticalização da Amazonas Distribuidora, transferindo os ativos de geração e transmissão para a Eletrobras. Além da Amazonas Distribuidora, também deverão ser privatizadas a Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR), Eletroacre (AC), Cepisa (PI) e Ceal (AL).

A ex-diretora de privatizações do BNDES e ex-presidente do conselho de administração da Eletrobras Elena Landau criticou o atraso na publicação da modelagem. "O BNDES demorou muito para chegar a uma modelagem que era óbvia desde a partida, dada a situação financeira das empresas. A atratividade para investidores vem de um contrato de concessão que permite ganhos nos primeiros anos. A venda das distribuidoras é urgente. Sem ela, a operação de aumento de capital da Eletrobras não funciona", afirmou.

Para o banco UBS, a Equatorial Energia é a empresa mais bem posicionada para ficar com as distribuidoras da Eletrobras, devido ao seu "histórico excelente" na recuperação de concessionárias ineficientes. Em relatório, os analistas Marcelo Sá e Fernando Zorzi lembraram ainda que Energisa e Enel já declararam ter interesse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Empregados e aposentados podem levar 10% das ações de cada empresa

Empregados e aposentados de cada distribuidora controlada atualmente pela Eletrobras poderão ficar com 10% das seis companhias que serão vendidas em 2018. O direito foi assegurado por uma resolução do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), publicada no "Diário Oficial" de ontem, e busca amortecer as críticas de sindicatos contra o processo de privatização.

Segundo a resolução, detalhes sobre o direito de compra das ações vão constar do edital de venda das distribuidoras. No entanto, ela já garante aos empregados e aposentados um desconto de 10% sobre o preço mínimo de cada ação. As ações não adquiridas deverão ser obrigatoriamente compradas pelo novo controlador de cada distribuidora.

Um artigo do texto assegura aos futuros minoritários a opção de revenda das ações após três anos. Isso garante uma blindagem contra eventual desvalorização dos papéis. Pelo contrário: a revenda ocorreria pelo valor desembolsado inicialmente, acrescido de 10% de remuneração.

A ideia do governo é privatizar seis distribuidoras no primeiro quadrimestre de 2018: Amazonas Distribuidora, Eletroacre, Ceron (RO), Ceal (AL), Cepisa (PI) e Boa Vista (RR). O preço de venda de cada uma delas foi estipulado em R\$ 50 mil. Todas são altamente endividadas. O objetivo é realizar o leilão em março, mas autoridades do setor admitem que o cronograma pode escorregar para abril.

Além do direito de compra de 10% das empresas, os empregados e aposentados também ganham preferência para subscrever o aumento de capital previsto na transferência do controle acionário, que deverá ocorrer logo após o leilão e chegaria a R\$ 2,4 bilhões, diz a resolução.

Sindicatos de trabalhadores da Eletrobras e centrais sindicais têm engrossado o movimento contra as privatizações das distribuidoras e a desestatização da holding, cujo modelo está em reta final de desenho no governo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fábio Pupo | De Brasília****Título: Comitê do setor elétrico prevê chuvas abaixo da média**

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu ontem para analisar as condições de suprimento de energia no território nacional. O comitê concluiu que o país ainda deve enfrentar problemas com escassez de chuvas. Em nota, o CMSE diz que permanecem as "anomalias negativas" de precipitação nas bacias com os maiores reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN).

De acordo com o comunicado do comitê, destacam-se nessa análise os casos de Grande, Paranaíba, Tocantins e São Francisco. Por outro lado, afirma comitê, foram observados totais mais significativos nas bacias dos rios Paranapanema, Tietê e nas bacias da região Sul.

Segundo o texto divulgado pelo CMSE, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que a tendência dos modelos meteorológicos para os próximos sete dias é de "anomalias positivas" - chuva acima da média - na região central do Brasil e negativas na região Sul.

Para a segunda semana, a indicação é de redução dos volumes pluviométricos na área central do Brasil, que poderão ficar abaixo da média histórica.

Para o horizonte entre 15 e 30 dias, as previsões disponíveis indicam a continuidade das precipitações na região central do Brasil "com volumes próximos ou levemente inferiores à média histórica".

A respeito das condições de atendimento do SIN, foi destacado pelo ONS que, apesar da aparente melhoria das condições meteorológicas, as bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Tocantins (que juntas totalizam cerca de 80% da capacidade de armazenamento do SIN) permanecem com Energias Naturais Afluentes (ENA) significativamente inferiores às médias.

Por outro lado, houve melhoria na ENA do subsistema Sudeste/ Centro-Oeste, que elevou a expectativa de armazenamento. "Assim, o CMSE decidiu não despachar geração termelétrica fora da ordem de mérito a partir da próxima semana operativa, que se inicia à zero hora do dia 11 de novembro de 2017", afirma o texto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner | De Brasília****Título: Venda de Tucuruí pode ser antecipada para gerar receita**

Uma das ideias levantadas por técnicos do governo como alternativa para ampliar a arrecadação de 2018 caso haja frustração em torno do processo de privatização da Eletrobras é a antecipação do leilão da usina de Tucuruí. A medida, no entanto, é alvo de controvérsias na área econômica, vista com restrição principalmente no Ministério da Fazenda, já que seria uma antecipação de receita futura.

A concessão de Tucuruí vence em 2024. A equipe econômica por ora considera que o melhor modelo foi o da Cemig, no qual a concessão venceu e as usinas delas foram a leilão, gerando receitas para este ano. No caso de Tucuruí, que é operada pela Eletronorte, uma empresa do grupo Eletrobras, a ideia que surgiu seria tentar renovar já em 2018 a concessão por mais 30 anos, direito pelo qual se pagaria uma outorga ao governo, cujo valor ainda não está claro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Agências internacionais****Título: Venezuela pode ser declarada hoje em default da dívida**

Os títulos da dívida soberana da Venezuela e de sua estatal Petroleos de Venezuela (PDVSA) poderão ser declarados em default hoje pela International Swaps and Derivatives Association (Isda) - uma associação criada pelo mercado de derivativos e que representa as partes envolvidas nas negociações.

Os credores dos papéis venezuelanos pediram para a ISDA que determine se a PDVSA está em default em virtude de um atraso no pagamento de bônus.

No dia 2 de novembro, a petroleira estatal venezuelana deveria ter pago US\$ 1,169 bilhão, entre principal e juros de sua dívida. Embora o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, tenha declarado o envio do pagamento na véspera do vencimento, os investidores não tinham recebido a confirmação desse dinheiro até ontem.

Se a Isda determinar que ocorreu um "evento de crédito", isto é, um calote, isso permitirá que os credores recebam os derivativos conhecidos como credit-default swaps (CDS), um instrumento de seguro contra calote. Uma porta-voz da Isda disse, porém, que a reunião de hoje pode não ser conclusiva. "É sempre

possível que eles precisem de mais tempo para deliberar", disse por e-mail à agência de notícias Reuters. A PDVSA não comentou o caso.

Desde outubro, o governo da Venezuela e a PDVSA vêm deixando de pagar o serviço da dívida, recorrendo a um período de carência de 30 dias, num aparente esforço para aliviar a pressão de falta de divisas, que deixou ainda o país com escassez de bens básicos, como alimentos e medicamentos.

Na semana passada, quando prometeu pagar os bônus da PDVSA, Maduro também convocou credores internacionais para uma reunião na próxima segunda-feira, em Caracas, para discutir a renegociação da dívida soberana e das estatais venezuelanas. Ele disse que o país é vítima de uma "guerra econômica", liderada por seus adversários políticos e intensificada pelas sanções financeiras dos EUA.

Não está claro se credores americanos irão a Caracas, pois isso poderia violar sanções à Venezuela.

Desde o anúncio de reestruturação, o preço do principal papel da dívida da Venezuela, com vencimento em 2027, despencou para seu menor valor histórico, sendo negociado a 24 centavos de dólar, ante 54 centavos em janeiro. A probabilidade de default implícita nos contratos de CDS de cinco anos da PDVSA subiu para 99,99% na quarta-feira, acima dos 93,25% de um ano atrás, segundo dados compilados pela Bloomberg.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Queiroz Galvão revê plano estratégico

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) pretende fazer uma distribuição extraordinária de dividendos com o "excesso de caixa" obtido com a venda de Carcará (concessão BM-S-8) para a Statoil. Antes disso, porém, a empresa se concentra na revisão de seu planejamento estratégico.

Ao longo dos últimos meses, a companhia se reposicionou no mercado: saiu do projeto de Carcará e reforçou a presença em águas profundas da Bacia Sergipe-Alagoas, associando-se à ExxonMobil e Murphy Oil.

Segundo a diretora financeira e de relações com investidores da QGEP, Paula Côte-Real, a companhia ainda não definiu a data e valores envolvidos na distribuição de dividendos e se concentra, neste momento, em dimensionar qual será sua necessidade de investimentos. A petroleira acredita que os quatro

blocos exploratórios que detêm na Bacia de Sergipe-Alagoas terão o cronograma de investimentos acelerado pela ExxonMobil (operadora) e que há "grandes chances" de que as áreas tenham descobertas de petróleo e exijam mais recursos.

"Estamos identificando qual o excesso de caixa para anunciar data e valor [dos dividendos]", disse Paula, em teleconferência com investidores. "É importante remunerar o investidor, mas também entender a longevidade da companhia, precisamos ter horizonte de crescimento... Vamos olhar o nosso portfólio, as oportunidades de investimento, vamos considerar a financiabilidade da companhia no longo prazo", afirmou a executiva.

A Queiroz Galvão vendeu sua fatia de 10% em Carcará por US\$ 379 milhões, em três parcelas: a primeira, equivalente à metade do valor total, será paga pela Statoil no momento do fechamento da transação, previsto para este ano.

Enquanto isso, a empresa se prepara para estreiar nos próximos meses como produtora de petróleo, por meio do projeto de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos. A previsão da QGEP é que o campo comece a operar no primeiro trimestre de 2018. A reta final para início das operações do projeto acontece, no entanto, em meio a disputas com sua sócia Dommo (ex-OGX), na Corte de Arbitragem Internacional de Londres.

Segundo a QGEP, a Dommo deve R\$ 97 milhões ao consórcio. Em outubro, a Barra Energia, uma das sócias, exerceu o direito de cessão compulsória da fatia de 40% da antiga OGX entre a QGEP e a Barra. A Dommo decidiu, então, contestar sua expulsão em procedimento arbitral, alegando que o exercício dos direitos de expulsão é ilegal. A empresa atribui à QGEP, na qualidade de operador, e à Barra a responsabilidade pelos danos causados pelo atraso na entrada em operação do projeto, inicialmente previsto para 2015.

A Dommo anunciou em outubro que assinou uma carta de intenções com a AziLat, do grupo Seacrest, para venda de 30% de sua participação em Atlanta, por US\$ 63 milhões - o que inclui pagamento integral da dívida com o consórcio. A QGEP, contudo, alega que, até o momento, a Dommo não apresentou ao consórcio o contrato de alienação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Juíza homologa plano de recuperação da Abengoa

A 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial da Abengoa na quarta-feira. Com isso, a companhia divulga hoje o edital do leilão judicial de suas linhas de transmissão operacionais, que terá como base a oferta vinculante apresentada pelo fundo TPG (Texas Pacific Group), de R\$ 400 milhões, mais R\$ 1,218 bilhão em dívidas assumidas. Apenas a venda dos ativos operacionais representará uma redução de quase 50% da dívida de R\$ 3,3 bilhões que a transmissora espanhola tem.

Ao homologar o plano, a juíza Maria da Penha Nobre Mauro criticou ainda a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de declarar a caducidade das linhas de transmissão da Abengoa ainda em construção, uma vez que estas constituem ativos da empresa em recuperação judicial e "não poderiam" ter saído do âmbito do processo. A juíza escreveu que a caducidade foi decretada "apressadamente" e desconsiderando que as obras contratadas "foram realizadas ou empreendidas em parte expressiva", envolvendo valores expressivos já investidos.

A venda das sete linhas de transmissão operacionais representa a principal origem de entrada de recursos para pagamento dos credores. A oferta do TPG será utilizada para balizar outras que sejam apresentadas no leilão judicial da companhia. O prazo para entrega de eventuais ofertas termina em 12 de dezembro.

No dia 13 de dezembro, a juíza Maria da Penha vai abrir eventuais ofertas que tenham sido feitas por outros investidores, e o TPG terá a possibilidade de cobrir o valor ofertado.

O plano da Abengoa prevê ainda a venda do Hospital da Zona Norte de Manaus, que inclui uma dívida de R\$ 149 milhões. Segundo a avaliação econômico-financeira do ativo, elaborada pela BAM&A Corporate Finance, o hospital pode ser vendido por R\$ 143 milhões. O problema é que o hospital ainda não está em funcionamento por um problema com o governo do Amazonas, e a juíza determinou que a venda precisa acontecer em até 12 meses. É improvável que o embate com o governo seja solucionado até então, o que vai reduzir o valor a ser obtido com o ativo.

Além das vendas dos ativos, a Abengoa conta também com R\$ 76,5 milhões em créditos a serem recebidos de construtoras.

Para o saldo remanescente de R\$ 1,3 bilhão, a Abengoa conta ainda com a venda das nove linhas de transmissão em construção, cujas obras estão paralisadas desde novembro de 2015. Apesar de já terem sido alvo de uma declaração de caducidade, a companhia ainda aguarda uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que deve decidir o mérito de pleitos apresentados

pela Aneel e pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** que pediam a autorização da declaração de caducidade. As concessões foram cassadas com base em liminares.

Caso a decisão do Tribunal de Justiça seja desfavorável à Abengoa, o **Valor** apurou que a companhia pretende apelar da decisão. Outra possibilidade é entrar na Justiça pedindo indenizações pelos R\$ 1,5 bilhão já investido nessas linhas em construção.

Um "plano B" seria um acordo com a Aneel, no qual o regulador desistisse de executar as garantias dos ativos e também de cobrar multas da companhia pelos atrasos. Assim, a Abengoa deixaria de receber as indenizações, encerrando o caso sem um alongamento da disputa judicial.

Enquanto isso, porém, a Aneel já se preparou para relitar as linhas que eram da Abengoa. Reorganizadas em três lotes, os ativos constam no edital do leilão de transmissão marcado para 15 de dezembro, e representam mais da metade dos R\$ 8 bilhões em investimentos previstos.

Outra alternativa para a transmissora seria vender ativos das concessionárias, como estudos, licenciamentos e materiais adquiridos para as obras, para quem arrematar esses lotes no leilão.

O Barbosa, Müssnich, Aragão (BMA) é o assessor jurídico da Abengoa, enquanto a G5 Evercore trata da parte financeira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem vê maior demanda para resinas

Depois de dois anos de retração, a demanda brasileira de resinas vai encerrar 2017 em alta e com desempenho melhor do que o esperado originalmente pela Braskem. A petroquímica, que esperava crescimento de 2% a 3% do mercado doméstico de polipropileno (PP), polietileno (PE) e PVC no início do ano, aposta agora em crescimento de 4%. O resultado é positivo, mas ainda insuficiente para compensar a retração de 7,6% de 2015 e de 1% no ano passado.

Segundo o presidente da petroquímica, Fernando Musa, o consumo de PVC permanece em declínio no país, enquanto polietileno e polipropileno mostram recuperação. "Há sinais de recuperação econômica generalizados, com exceção de construção civil", disse. Em PE e PP, a melhora da demanda é atribuída à recuperação da atividade em setores que são consumidores relevantes, como

automobilístico e agronegócio. "Em parte é demanda, em parte é recomposição de estoques", afirmou o executivo.

No ano, até setembro, a demanda local de resinas cresceu 4%. Somente no trimestre passado, ficou em 1,3 milhão de toneladas, 6% acima do registrado no segundo trimestre: 915 mil toneladas fornecidas pela Braskem.

As exportações a partir das operações no Brasil, por sua vez, recuaram 6%, para 396 mil toneladas, diante da maior venda ao mercado doméstico e da menor produção no intervalo, com a parada programada para manutenção de pouco mais de 30 dias em Duque de Caxias (RJ). Conforme Musa, a companhia tem observado aumento de volume em todos os mercados e ampliado sua participação - no país, ficou em 69% no trimestre.

De julho a setembro, a receita líquida da Braskem totalizou R\$ 12,16 bilhões, alta de 2% na comparação anual. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recuou 9%, a R\$ 2,75 bilhões, principalmente por causa da parada no Rio, de paradas não programadas em duas unidades de PP nos Estados Unidos devido à passagem do furacão Harvey e da queda dos spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) de resinas na comparação anual.

Diante disso, a petroquímica teve lucro líquido atribuído aos sócios da empresa controladora de R\$ 799,4 milhões, com queda de 10% frente o resultado final reportado um ano antes. A geração livre de caixa, por sua vez, foi de R\$ 1,07 bilhão, com alta de 6% frente ao segundo trimestre. Quando desconsiderado o caixa recebido pela venda da quantiQ no segundo trimestre, a geração livre de caixa cresceu 90% no terceiro trimestre.

No acumulado dos nove meses do ano, foram mais de R\$ 2,5 bilhões, o que levou a empresa a ser questionada por analistas sobre a possibilidade de nova distribuição de dividendos. No ano passado, a Braskem pagou dois dividendos - R\$ 2 bilhões no total -, tendo 2015 como ano base.

Musa admitiu que há um "diálogo" nesse sentido e afirmou que "isso está sendo discutido". Segundo ele, ao mesmo tempo em que a empresa segue com forte geração de caixa, riscos relacionados à Operação Lava-Jato foram gradualmente eliminados com a assinatura do acordo global com autoridades no Brasil, Estados Unidos e Suíça. O que se reflete em maior tranquilidade em relação ao uso do caixa.

"Realmente, a geração de caixa tem sido muito forte", comentou Musa, acrescentando que, além da discussão sobre a possibilidade de pagamento de dividendos, a companhia segue na busca de outras oportunidades de

investimento. Neste momento, o maior projeto em curso é a construção de nova fábrica de polipropileno nos Estados Unidos.

O executivo comentou ainda que os spreads internacionais de petroquímicos foram impulsionados desde o fim do terceiro trimestre, como resultado do impacto do furacão Harvey na produção da indústria americana, mas já começam a mostrar sinais de normalização. Para 2018, a expectativa é de compressão dos spreads na cadeia de eteno e polietileno nas Américas, face à entrada em operação de novos projetos na América do Norte. Mas ainda parece incerto em que momento isso ocorrerá, pois atrasos e postergações têm sido recorrentes - recentemente, a Exxon fez um anúncio nesse sentido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Cultura e Estilo

Autor: Celia Roseblum | De Copenhague

Título: Os embaixadores do baixo carbono

O esforço para transformar Copenhague na primeira capital neutra em carbono no mundo até 2025 é concreto e aparente. Grades de proteção, tapumes, pequenas e grandes máquinas se espalham pelas ruas próximas à prefeitura, no centro. O metrô está em processo de ampliação e as ciclovias serão alargadas. Na área do porto, que passa por uma revitalização, novos prédios eficientes em energia dividem espaço com edifícios em construção. Obras para tornar a cidade menos vulnerável ao aumento de chuvas torrenciais e do nível do mar, consequências das mudanças climáticas que devem se acentuar segundo prevê o governo local, ajudam a compor o cenário.

Estratégico para reduzir o impacto do aquecimento global, o caminho para zerar as emissões de CO₂, diz Morten Kabell, prefeito para assuntos técnicos e ambientais da capital dinamarquesa, é claro: "Infraestrutura, infraestrutura, infraestrutura". O objetivo é garantir movimentação rápida. "Uma cidade em que não é necessário ter carros", explica o político da ala esquerda da coalizão que governa Copenhague. Quando assumiu o cargo, há quatro anos, ele vendeu o carro a que teria direito e comprou uma bicicleta. "Elétrica, para não chegar suado às reuniões." A meta é que 75% dos deslocamentos sejam feitos a pé, de bicicleta ou por transporte público em 2025.

"Queremos mandar um recado para o mundo de que as cidades podem ser neutras em carbono", afirma Kabell. Isso significa reciclar tudo o que é possível, reformar os prédios para otimizar aquecimento e resfriamento, combinar esforços em mobilidade, resiliência à água e consumo de energia. "Você cria a cidade, você desenvolve a cidade."

Copenhague é uma das vitrines da Dinamarca que atualmente se apresenta a partir do "State of Green", uma parceria público-privada para promover produtos e serviços relacionados à economia verde. Energias limpas e tecnologias que contribuem para reduzir as emissões de carbono são seus cartões de visita. E também uma das grandes apostas econômicas do país, conhecido ainda pelo design, mais recentemente pela gastronomia, e que tem na indústria farmacêutica e na biotecnologia atores de peso.

"Com o Acordo de Paris os líderes mundiais deram uma forte sinalização para a sociedade civil e o setor privado de que o mundo está se movendo em uma direção verde. Essa sinalização é crucial para assegurar maiores investimentos na economia verde e para reforçar o incentivo às empresas para que orientem suas estratégias em uma direção sustentável", afirma Lars Lilleholt, ministro da Energia, Concessionárias e Clima, que anunciou em maio uma estratégia de exportação específica para tecnologias verdes.

Hoje a Dinamarca tem o que o ministro define como "um setor de energia altamente competitivo" - cerca de 11% das exportações do país são de tecnologias energéticas, uma das mais altas participações registradas na Europa. A política comercial externa tem como meta dobrar até 2030 as vendas dessas tecnologias para outros países e atingir US\$ 22 bilhões.

Com o príncipe herdeiro Frederico André Henrique Cristiano como patrono, a State of Green é um forte aliado nesse processo. A entidade foi fundada em 2008, um ano antes de Copenhague receber a Conferência do Clima das Nações Unidas (CoP-15), cercada de expectativas em relação a um acordo para conter as emissões de gases de efeito-estufa. A conferência naufragou, mas a PPP - que junta governo, Confederação da Indústria da Dinamarca, associações nacionais de energia, agricultura e alimentos, indústria eólica e fundações - conseguiu sobreviver. Além de ter conquistado verba governamental, também tem parceiros comerciais como Danfoss, Grundfos, Ramboll, Rockwool e Vestas, todos com portfólio total ou parcialmente relacionado a tecnologia verde, claro.

"É uma empresa de marketing e branding, tentando mostrar o que fazem bem na Dinamarca. E também a ajudar o setor privado a ganhar dinheiro", explica Iver Hoj Nielsen, responsável pela comunicação do State of Green.

O portfólio que a PPP apresenta a visitantes - cerca de 2,5 mil profissionais do setor e 200 delegações de diferentes países por ano - tem mais de 1,4 mil soluções de economia verde em dez categorias, que incluem aquecimento e resfriamento, energia eólica, solar, bioenergia, água e adaptação climática, entre outros. "A Dinamarca é pequena, mas grande o suficiente para mostrar que as tecnologias podem ser adotadas em escala", diz Nielsen.

A eficiência energética, quase uma obsessão nos países nórdicos, está se firmando como um forte mercado. Segundo a International Energy Agency (IEA) ela movimenta US\$ 310 bilhões ao ano e está em crescimento.

A crise do petróleo, em 1973, foi o começo da reviravolta no país, que era então 99% dependente de energia importada. O inverno foi especialmente rigoroso. O uso de carros era limitado por falta de combustível, o aquecimento também. Em paralelo, a poluição provocada por combustíveis fósseis preocupava a população. Foi a senha para o início de um processo que, passo a passo, reduziu o uso de energia, trouxe novas formas de geração e conteve o consumo.

O PIB da Dinamarca avançou de US\$ 71 bilhões, em 1980, para US\$ 306 bilhões, em 2016, e o consumo de energia se manteve estável. As fontes são mais limpas: renováveis representam 75% na geração de eletricidade e 27% no total. Em 2020, metade da produção de energia será eólica. O consumo de água teve queda de 40%. Hoje são 106 litros per capita ao dia. No Sudeste brasileiro são 192 litros per capita e a quantidade recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 110 litros por pessoa ao dia.

Hoje, 60% dos dinamarqueses concordam, total ou parcialmente, que a transição verde é decisiva para garantir crescimento e bem-estar no futuro, segundo o Barômetro do Clima da Concito, "think tank" focado em sustentabilidade socioambiental. No Parlamento, diz Ivens, independentemente de posições à esquerda ou à direita, a política energética é aprovada por 95%.

O pequeno país, que pode ser atravessado de carro de um extremo ao outro em cinco horas, soube transformar a limitada oferta de recursos naturais em vantagem competitiva. O que há de sobra, brincam os nativos, é vento, que geralmente sopra de leste para oeste, como atestam árvores e arbustos que crescem inclinados nessa direção e se espalham pela paisagem plana.

A Dinamarca é uma potência em energia eólica e sua integração à rede uma das experiências que tem para apresentar ao mundo, segundo Carsten Vittrup, consultor em energia estratégica da Energinet, empresa pública responsável pelo desenvolvimento do mercado e pela operação do sistema, que tem uma posição privilegiada no que ele chama de "Rota de Seda" da energia. O país consegue negociar muito com os vizinhos nórdicos, como Noruega e Suécia, que têm hidrelétricas, uma energia que pode ser armazenada. E é ponto de passagem dessa energia para a Europa Central.

Embora seja a primeira colocada no Trilemma index, elaborado pelo Conselho Mundial de Energia, com base em segurança, acesso e sustentabilidade da energia em 125 países, a Dinamarca tem muito trabalho à frente para conseguir que toda a energia seja renovável de acordo com a meta para 2050.

Até lá, o consultor projeta crescimento de energia solar, eólica e de ondas. "Ninguém pode prever exatamente de onde virá tudo, porque as tecnologias aparecem e ganham força, mas é preciso traçar um mapa", diz. Geração a partir de biomassa e do lixo deve ganhar mais eficiência, com a transformação em gás em lugar da queima. Após a entrega ao consumidor, também haverá mais economia com uso de lâmpadas de led, por exemplo, ou insulação nos prédios e processos que ainda estão em pesquisa.

Embora seja difícil prever para onde vão as tecnologias, a velocidade dos ventos, o volume de aumento das chuvas ou a elevação do nível do mar, planejar é preciso. E os projetos são ambiciosos. Com base na estimativa de que a Europa necessita de 150 GW de energia eólica para cumprir suas metas de redução nas emissões de carbono, está em gestação um projeto para construir um hub de energia eólica no Mar do Norte. Nada menos do que uma ilha artificial de 6 km² para geração e distribuição de energia próxima ao ponto em que as fronteiras marítimas da Holanda, Alemanha e Dinamarca se encontram.

Cercada por milhares de turbinas eólicas, essa ilha concentraria a distribuição por cabos submarinos ao continente europeu. Noruega, Reino Unido e Bélgica poderiam se juntar à iniciativa, que tem 2050 como horizonte.

Os esforços atuais, porém, estão em terra. Cidades têm um papel chave na batalha para aplacar os efeitos das mudanças climáticas. Demanda por energia e emissões de carbono são particularmente altas nas áreas urbanas. Mas, justamente por serem densamente povoadas, elas possibilitam o uso de soluções conjuntas para eficiência energética e transportes mais ambientalmente amigáveis.

Produzir mais com menos, um dos mantras da nova economia, requer o aproveitamento de toda e qualquer fonte possível de energia. Os recursos estão em todos os lugares, como no engenhoso sistema de refrigeração usado na loja da rede varejista SuperBrugsen em Horuphav, que além de preservar os alimentos também aquece o local de forma contínua. Com folga. O excedente de calor gerado é direcionado para a rede de aquecimento municipal. A loja, parecida com um mercado de bairro, é capaz de aquecer 16 casas de 130 m² durante um ano.

A tecnologia pretende ir muito além da pequena cidade com 2,5 mil habitantes. A Danfoss, que participa do projeto, enxerga um enorme potencial em todo o mundo para que empreendimentos com grandes sistemas de refrigeração façam parte também das redes de distribuição de aquecimento.

Fundada em 1933, como fabricante de válvulas para expansão de sistemas de refrigeração, a empresa está hoje nas áreas de energia, resfriamento, drives e

aquecimento. Teve receita bruta de € 5,3 bilhões no ano passado, dos quais reserva para pesquisa 4,2% e informa registrar praticamente uma patente por dia.

Para os negócios, o caminho do futuro passa por infraestrutura eficiente, digitalização e eletrificação. "A energia verde também precisa ser eficiente, só assim será possível não comprometer o conforto das pessoas", afirma o CEO Kim Fausing, que assumiu o posto em julho. Ela pode vir, por exemplo, na forma de um software que seja sensível à previsão do tempo. Quando se sabe em qual momento será necessário aquecer um ambiente, é possível economizar até 20%, diz.

As soluções estão em desenvolvimento constante. Um dos maiores desafios é encontrar um destino para a energia renovável não aproveitada na rede. "O armazenamento de energia está a caminho, mas ainda há um longo percurso à frente para equilibrar os sistemas. Falta financiamento para viabilizar o armazenamento. Ele é possível só para curtos períodos", afirma o executivo. Quem encontrar a fórmula certamente ficará bilionário, brinca.

A Vestas, fabricante dinamarquesa de turbinas eólicas, trabalha nessa direção. É parceira da australiana Windlab no primeiro projeto em grande escala do mundo que vai combinar produção de energias eólica e solar, além de bateria para armazenamento. "A Vestas já está participando de uma série de projetos-piloto que investigam o potencial das soluções híbridas. Além disso, estamos trabalhando em um demonstrador de conceito combinando vento e energia solar", diz Rogério Zamprona, presidente da Vestas Brasil e Cone Sul.

Os desafios tecnológicos se combinam a outros. A transição para a economia verde encontra resistências até mesmo em uma população ambientalmente correta. Em Copenhague, as emissões no setor de transportes, que resistem a cair do patamar de 34% do total, registrado em 2015, ainda são o calcanhar de Aquiles. Kabell, o prefeito para questões ambientais, diz que a maior resistência dos cidadãos está justamente na área de mobilidade. Perder o uso do carro, conta, é identificado com redução da liberdade. E essa é a principal reclamação que recebe, pessoalmente ou nas redes sociais.

O orçamento da capital dinamarquesa para mobilidade verde prevê US\$ 200 milhões até 2025. As iniciativas vão desde a redução dos estacionamentos para abrir espaço para bicicletários ao estímulo ao uso de novos combustíveis como eletricidade, hidrogênio, biogás ou bioetanol em veículos leves e pesados.

Para fazer frente às mudanças climáticas e proteger a cidade de inundações, os recursos são mais parrudos: US\$ 1,7 bilhão para mais de 300 obras. A transformação do sistema de energia para acabar com a dependência de carvão

e gás natural requer, de 2017 a 2020, US\$ 1,9 bilhão. Para proteção costeira serão US\$ 5,8 bilhões.

A cidade, comandada por uma espécie de colegiado de sete prefeitos responsáveis por diferentes áreas, atualmente de seis partidos, apresenta com orgulho - em relatórios, a visitas e em campanhas publicitárias em diferentes mídias - suas iniciativas verdes. Um dos destaques é a área do porto onde se tornou possível nadar sem medo de poluição ou contaminação. "Às vezes tem verão", brinca Kabell. Mas no geral o oceano é gelado e sua água passou a ser utilizada em um sistema de resfriamento administrado pelo município. Frequentemente nublada, com temperatura média anual de 5,8°C, a capital precisa refrigerar, por exemplo, datacenters de empresas e centros de compras.

Parte importante da transformação verde é quase invisível e passa por baixo da terra. Em Aarhus, segunda maior cidade da Dinamarca, com 325 mil habitantes, a estação de tratamento de esgoto também gera energia. Empresa municipal, que não pode ter lucro, a Aarhus Vand faturou € 90 milhões em 2015. Nos últimos cinco anos, investiu em economia e produção de energia. Hoje, na estação de Marselisborg o lodo é transformado em biogás, que por sua vez alimenta um motor que gera calor e eletricidade. O processo também resulta em recuperação de fósforo, que vira fertilizante. Em 2015, produziu uma vez e meia a energia que precisava e mandou o excedente de mais de 3 MWh para a rede. O presidente da empresa, Lars Schroder, diz que a maior parte das novas tecnologias instaladas deu retorno em menos de cinco anos.

Em um país onde a coleta de esgoto é praticamente universal, cada casa pode contribuir para a geração de energia sem grandes investimentos. Mas muitas delas têm mais de 200 anos e demandam reformas para garantir que, na outra ponta, o consumo seja reduzido. Copenhague tem mapeado o nível de eficiência energética dos edifícios, com graus que vão de A a G. Seis mil estão com E ou menos e precisam ser modernizados. Respondem por 23% do consumo doméstico e 32% do consumo comercial.

A 300 km da capital, no sul da Dinamarca, a pequena Sonderborg iniciou há dez anos sua jornada para se tornar carbono zero até 2029 - vinte e um anos antes do país, que assumiu a meta de ser livre de combustíveis fósseis em 2050.

A "revolução verde", como é chamada por lá, é duplamente necessária. A população encolhe e os empregos na nova economia podem ser decisivos para atrair jovens e reduzir a evasão, que chegou a 5 mil pessoas nos últimos dois anos. Como na capital o aumento previsto das chuvas e do nível do mar torna mais vulneráveis áreas do município, deve se preparar para isso.

Ao lado de Vitoria-Gasteiz, na Espanha, e Tartu, na Estônia, Sonderborg é uma das integrantes do SmartEnCity, programa da União Europeia com horizonte em 2020 para desenvolver uma abordagem sistêmica para transformação das cidades em ambientes urbanos inteligentes e eficientes no uso de recursos.

A ideia é estabelecer estratégias que possam ser replicadas na Europa para reduzir a demanda de energia e maximizar a oferta de renováveis. Estão incluídos no processo reforma de edifícios, integração de infraestrutura, desenvolvimento de mobilidade sustentável e uso inteligente de tecnologias da informação e comunicação. Para um período de cinco anos e meio, iniciado em fevereiro de 2016, a União Europeia reservou € 28 milhões para essas cidades.

A palavra "zero" escrita com letras maiúsculas é a marca do programa de Sonderborg que evolui a despeito das trocas de partidos no comando da cidade, na verdade uma ilha que contabiliza hoje 75 mil cidadãos - 35 mil na área urbana -, 440 mil porcos e 250 mil galinhas. Para desenvolver a "mentalidade zero" há uma profusão de programas em andamento.

Todos precisam estar a bordo. "Empresas, jardim da infância, universidades", diz o prefeito social-democrata Erik Lauritzen. Os ônibus da cidade passaram a ser movidos exclusivamente a biogás, os prédios municipais têm células solares para gerar energia, o aquecimento fornecido pelo município é verde. "As pessoas passaram a olhar para a cidade de outra forma", diz.

Existem em Sonderborg 150 "famílias zero", que a partir de 2009 registram 25% de economia em energia e 45% em água em relação a 2009. Há também o programa "casa zero", que pretende fazer 18,6 mil proprietários aderirem à construção ou reforma para receber aquecimento municipal - espinha dorsal projeto que combina energias renováveis, biomassa, incineração de lixo, gás natural e eletricidade.

Aquisição de eletrodomésticos eficientes, adoção de um isolamento térmico para adequar temperatura no inverno e no verão, entre outras medidas para limitar o consumo de energia, também são encorajados, com concessão de crédito. "Precisamos de soluções diferentes para diferentes estilos de vida e para diferentes períodos da vida", diz Peter Rathje, diretor-executivo do Project Zero. Em dez anos, o programa contabiliza 35% de redução na emissão de CO₂, que deve chegar a 50% em 2020.

O trabalho para zerar as emissões em curso no país lembra a montagem de um Lego gigante - o jogo de encaixe dinamarquês que ganhou mundo. Das pequenas reformas de moradias aos investimentos bilionários em pesquisas, o processo é cheio de detalhes que precisam ser articulados. Requer persistência e continuidade. E, também um certo desapego. Governos iniciam obras que

serão inauguradas pelos governos que virão depois. Isso parece não incomodar Kabell. O prefeito para questões ambientais de Copenhague diz que se orgulha em pensar que sua herança terá vida mais longa que o mandato, mesmo que ele não corte a faixa inaugural da obra. "Os projetos vão além da política."

A jornalista viajou a convite do State of Green e Danfoss.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor:

Título: Commodities Agrícolas

Quase estável A alta dos preços do petróleo, repassada pela Petrobras ao mercado interno brasileiro desde julho, seguiu as cotações do açúcar demerara na bolsa de Nova York ontem. Os contratos com vencimento em maio fecharam a 14,90 centavos de dólar a libra-peso, com recuo de 1 ponto. Com a alta nos preços dos combustíveis crescem as expectativas de que as usinas brasileiras irão reduzir os percentuais de cana destinados à fabricação de açúcar, dando prioridade ao etanol. A perspectiva de oferta mundial abundante, com recuperação da produção e da exportação na Europa e na Índia, contudo, ainda pressiona as cotações. No mercado interno, o indicador Cepea/Esalg para o açúcar cristal em São Paulo ficou em R\$ 62,39 a saca de 50 quilos, alta de 1,36%.

Menos investimentos A queda na aplicação de defensivos e fertilizantes nas lavouras de cacau do oeste da África após a desvalorização da commodity geram apreensão em relação à produção da safra 2017/18 na região, dando força às cotações em Nova York. Ontem, os contratos com vencimento em março fecharam a US\$ 2.185 a tonelada, recuo de US\$ 3, mas alta acumulada de 6,3% na semana. Segundo estimativa do Commerzbank, as entregas nos portos da Costa do Marfim no primeiro trimestre do próximo ano devem ser pouco mais da metade do registrado no primeiro trimestre deste ano, refletindo a queda nos tratamentos culturais. No mercado interno, o preço médio ao produtor em Ilhéus, na Bahia, avançou 0,85%, para R\$ 118 a arroba, segundo a secretaria da agricultura do Estado.

Efeito Irma Os impactos do furacão Irma sobre a produção de laranjas da Flórida continuam influenciando o mercado do suco concentrado e congelado na bolsa de Nova York. Ontem, os contratos com vencimento em janeiro fecharam a US\$ 1,6085 a libra-peso, avanço de 10 pontos. Ontem, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) cortou em 7% suas estimativas de produção no Estado, para 2,25 milhões de toneladas. Se confirmado, o volume representará quebra de 27% ante o observado em 2016/17. Nacionalmente, o

USDA espera uma safra 19% menor, de 4,16 milhões de toneladas. No mercado doméstico, o preço médio da caixa de 40,8 quilos de laranja destinada à indústria no Estado de São Paulo ficou estável ontem em R\$ 19, segundo levantamento do Cepea.

Oferta maior A elevação das estimativas do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) para a oferta mundial de algodão em 2017/18 pressionou as cotações da pluma na bolsa de Nova York ontem. Os papéis com vencimento em março fecharam a 68,54 centavos de dólar a libra-peso, recuo de 32 pontos. Segundo o órgão americano, a produção mundial da pluma deve somar 26,44 milhões de toneladas nesta temporada, 0,5% acima da estimativa divulgada em outubro. Para os EUA, o órgão projetou que serão colhidas 4,65 milhões de toneladas, volume 1,2% superior ao estimado no mês passado e um avanço de 24,5% ante 2016/17. No mercado interno, o preço médio ao produtor na Bahia ficou em R\$ 81,03 a arroba, segundo a associação de agricultores local, a Aiba.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Biosev registrou resultado positivo

Apesar de um cenário de preços mais baixos de açúcar e etanol no segundo trimestre da safra 2017/18, a Biosev registrou um lucro líquido de R\$ 33 milhões no período, uma alta de 40% ante o mesmo período do ciclo passado.

Segundo a companhia, o resultado positivo deriva principalmente do reflexo da queda do dólar sobre as despesas financeiras. O recuo da moeda americana gerou um saldo financeiro positivo de R\$ 36 milhões no trimestre - um ano antes, o saldo havia sido negativo em R\$ 234,8 milhões.

No lado operacional, a Biosev aprofundou seu programa de redução de custos e aumento de produtividade. Dessa forma, enquanto a receita líquida (incluindo os ganhos com a revenda de produtos) recuou 20%, para R\$ 1,8 bilhão por causa dos preços menores de açúcar e etanol ante igual período da safra passada, o custo total dos produtos vendidos caiu na mesma proporção, 20%, a R\$ 1,4 bilhão.

Rui Chammas, presidente da Biosev, disse, ao **Valor**, que a companhia está buscando "trazer a operação para o menor custo possível", o que tem implicado na intensificação da adoção de tecnologias para elevar a produtividade agrícola, na redução do portfólio de produtos e em demissões.

A companhia não soube precisar quantas demissões foram relacionadas ao programa de produtividade, mas as rescisões contratuais desde o início da safra geraram gastos de R\$ 15 milhões.

Chammas disse que a empresa tem conseguido reduzir a necessidade de investimentos em plantio, já que os canaviais estão mais produtivos por mais tempo. O próximo passo é diminuir os gastos com tratos culturais, especialmente com fertilizante, através do uso de vinhaça.

O passo mais recente nesse ciclo de ajustes internos foi anunciado ontem, com a decisão de suspender as operações da Usina Maracaju, em Mato Grosso do Sul, na próxima safra (2018/19). Toda a cana processada na planta irá para as unidades vizinhas Passa Tempo e Rio Brilhante, que operarão com capacidade máxima, o que deve diluir os custos. Com a decisão, cerca de 500 funcionários serão demitidos.

Essa mudança, segundo o executivo, tende a reforçar o caixa da companhia, até porque as duas usinas produzem energia a partir do bagaço de cana, enquanto de Maracaju não tem cogeração.

Outro ponto que contou a favor na contabilização dos custos totais do segundo trimestre foi o ganho de R\$ 153,2 milhões com a mudança no valor justo do ativo biológico (canavial), já tirados os custos estimados com as vendas.

Entretanto, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, excluindo atividade de revenda e contabilidade de hedge, caiu 23%, para R\$ 401 milhões, e a margem Ebitda recuou 1,9 ponto percentual, para 33,1%.

MME / ASCOM .